



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 22, v. 1
jul.-ago.2025
p. 91-107

(Des)transição? Gênero, corpo e aparência na identificação trans

((De)transition? Gender, body and appearance in transgenderification)

(¿(De)transición? Género, cuerpo y apariencia en transgenderificación)

Arevik Bogossian Porto¹
Renata Pitombo Cidreira²

RESUMO: Esse artigo introduz de forma crítica duas reportagens sobre destransição de gênero para reconceituar o processo de transição a partir de reflexões filosóficas oriundas do campo da moda. A transgeneridade tematizada pela psicologia e medicina – representada pelos manuais do DSM-5, CID-10 e CID-11 – é situada no campo do desvio e da patologia, o que prescreve a corpos trans procedimentos de correção tutelados por uma equipe médica. Se por um lado os procedimentos estéticos de pessoas cisgênero não enfrentam o mesmo controle e burocracia, o enquadramento inquestionado ao binarismo de gênero e a submissão aos papéis normativos podem não aliviar as sensações de inadequação de pessoas trans, cujo sofrimento se atualiza no desejo de voltar atrás. Ao identificarmos intervenções corporais de temporalidades distintas como características de todas as sociedades, assim como da efemeridade das imagens de moda capazes de suscitar tanto recusa quanto desejo, defendemos que as idas e vindas do processo de exploração da aparência e do gênero não podem ser compreendidas como falha ou arrependimento, mas como expressão de um modo de ser caracterizado pela desidentificação com a norma cisgênera.

PALAVRAS-CHAVE: transgeneridade; corpo; aparência.

Abstract: This article introduces two reports on gender detransition to reconceptualize the process of transition based on philosophical reflections from the theoretical field of fashion. Gender nonconformity, as addressed by psychology and medicine – represented by the DSM-5, ICD-10, and ICD-11 manuals – is situated within the realm of deviation and pathology, which prescribes corrective procedures for trans bodies, overseen by a medical team. While on the one hand, aesthetic procedures for cisgender people do not face the same level of control and bureaucracy, the unquestioned adherence to gender binarism and submission to normative roles may not alleviate the feelings of inadequacy of trans people, whose suffering manifests in the desire to turn back. By recognizing bodily interventions of different temporalities as features of all societies, as well as the transience of fashion images capable of evoking both rejection and desire, we argue that the back-and-forth process of exploring appearance and gender cannot be understood as failure or regret, but rather as an expression of a mode of being characterized by disidentification with the cisgender norm.

Keywords: gender nonconformity; body; appearance.

Resumen: Este artículo introduce de manera crítica dos reportajes sobre destransición de género para reconceptualizar el proceso de transición a partir de reflexiones filosóficas provenientes del campo de la moda. La transgeneridad tematizada por la psicología y la medicina – representada por los manuales del DSM-5, CIE-10 y CIE-11 – se sitúa en el campo de la desviación y la patología, lo que prescribe a los cuerpos trans procedimientos de corrección supervisados por un equipo médico. Si bien, por un lado, los procedimientos estéticos de personas cisgênero no enfrentan el mismo control y burocracia, el encuadramiento inquebrantable en el binarismo de género y la sumisión a los roles normativos pueden no aliviar las sensaciones de inadecuación de las personas trans, cuyo sufrimiento se actualiza en el deseo de volver atrás. Al identificar intervenciones corporales de temporalidades distintas como características de todas las sociedades, así como la fugacidad de las imágenes de moda capaces de suscitar tanto rechazo como deseo, defendemos que los vaivenes del proceso de exploración de la apariencia y el género no pueden entenderse como un fallo o arrepentimiento, sino como una expresión de un modo de ser caracterizado por la desidentificación con la norma cisgênero.

Palabras clave: transgeneridad; cuerpo; aparência.

¹ Mestre em Cultura e sociedade pela Universidade Federal da Bahia. Psicólogo. E-mail: arevikbogossianporto@gmail.com

² Doutora em Comunicação e cultura contemporâneas. Professora titular da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: pitomboc@yahoo.com.br



Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 12/06/2023

Aceito em 05/05/2025

Não venha me impor
 Esse seu padrão
 Travesti não engole tua opinião
 Minha corpa se joga
 Crua no mundão
 De leque na mão, de leque na mão
 (Senhora Mar, Travesti Perfeita, 2023)

1 Introdução

Nesse artigo, duas publicações da Revista Veja a respeito do tema da destransição de gênero e duas cartas – ambas endereçadas ao Ministro da Justiça estado-unidense Merrick Garland – são documentos utilizados como disparadores para abordar o tema da transgeneridade no que se refere às intervenções corporais. A Classificação Internacional de Doenças (CID-10 e CID-11) e o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) demonstram como a experiência da transgeneridade é abordada pela medicina e pela psicologia, cuja compreensão diagnóstica elenca corpos trans a intervenções hormonais ou cirúrgicas ao critério de uma equipe médica. Se, por um lado, as abordagens médica e psicológica orientam procedimentos que visariam a atenuação do sofrimento dos sujeitos, por outro lado, o peso das atribuições normativas encaminha o processo de descobrimento e exploração de gênero para determinados desfechos tidos como mais aceitáveis.

A cisgeneridade³ usada como referência de saúde e de beleza permanece de início e na maior parte das vezes inquestionada, o que resulta na reinstauração do sofrimento devido ao enquadramento da experiência de gênero a partir de critérios pré-existentes que orientam a lida com uma doença: a busca por uma origem etiológica, por um tratamento, por uma cura. Essencialmente, a lógica que busca diagnosticar as vivências trans e atrelá-las à condição de patologia – estabelecendo critérios para seu reconhecimento e legitimidade ao olhar médico – coage sujeitos a encenar suas identidades de modo estereotipado em busca de um reconhecimento normativo que, embora limitante, possa facilitar a garantia de direitos sociais⁴ tais como o uso correto dos pronomes e o acesso aos banheiros.

Esse trabalho fará um diálogo com Laqueur (2001) e Oyèrónkẹ (2021) para demonstrar a construção histórico-cultural dos modelos de compreensão da diferença sexual. Considerando gênero uma relação que se dá a partir da repetição estilizada de atos performativos (Butler, 2012;

3 A cisgeneridade enquanto norma não se restringe à identidade individual da pessoa cisgênera. Nesse sentido, se aproxima da definição de cissexismo: “Ideologia, resultante do binarismo ou dimorfismo sexual, que se fundamenta na crença estereotipada de que características biológicas relacionadas a sexo são correspondentes a características psicossociais relacionadas a gênero. O cissexismo, ao nível institucional, redundando em prejuízos ao direito à auto-expressão de gênero das pessoas, criando mecanismos legais e culturais de subordinação das pessoas cisgênero e transgênero ao gênero que lhes foi atribuído ao nascimento.” (Jesus, 2012, p.28).

4 Para mais informações ver Borba (2016) em *Receita para se tornar um “transsexual verdadeiro”: discurso, interação e (des)identificação no processo transexualizador*.



2018), o estilo será apresentado a partir de Cidreira (2003; 2005; 2008) e Breton (2019) a partir da metáfora da máscara, que aponta para o caráter aparentemente paradoxal da aparência e da identificação em sua relação com a performance social. Quinalha (2022), Facchini e França (2009) contribuem para a discussão com aspectos políticos e históricos da formação da categoria LGBT⁵ e a relação de nomeação de sujeitos sociais que, ao mesmo tempo, promove e ceifa direitos de sujeitos concretos.

Concluimos com a necessidade de rediscutir a transgeneridade a partir das necessidades da população trans com o objetivo de reconfigurar a relação com as atribuições normativas que, ao invés de aliviar a sensação de inconformidade, reinstituem-na sob novas roupagens. Considerando a dinâmica existencial delicada e profunda envolvida na intervenção sobre o corpo, o peso de ‘errar o alvo’ pode ser grande, mas, como nos lembra Butler (2012; 2018) em se tratando de gênero, talvez errar o alvo esteja na própria essência de sua constituição.

2 Destransição em pauta

A Revista Veja publicou, em março de 2023, uma matéria intitulada *Caminho de volta: a delicada decisão de reverter a transição de gênero*. O texto, de autoria de Amanda Péchy e Duda Monteiro de Barros, cita culpa, arrependimento e pressão social no entorno – apesar dos avanços civilizatórios – como motivos elencados para o que seria a interrupção ou reversão da transição de gênero. A reportagem cita um levantamento da escola de medicina de Harvard para afirmar que a assim chamada destransição – caracterizada pela interrupção do tratamento hormonal e pelo desejo da pessoa de ser reconhecida no gênero designado ao nascimento – afeta 13% dos transgêneros⁶ e, entre as pessoas que engajam em tratamento hormonal, um terço larga o processo no meio. A redação do artigo por si só levanta questionamentos: como assim no meio? No meio de onde?

No ano anterior, em outubro de 2022, o artigo *A destransição: o caso dos arrependidos que fizeram mudança de sexo*, publicado por Vilma Gryzinski, estabelece a falta de dados estatísticos para avaliar a questão da destransição, fator mencionado também pelas autoras Péchy e Barros (2023). Gryzinski (2022) critica, sobretudo, a falta de imparcialidade científica dos números que

5 A totalidade de sujeitos políticos incluído no movimento pelos direitos das diversidades sexuais e de gênero não encontra consenso na literatura sobre o assunto. Embora a sigla tenha se atualizado para LGBTQIAPN+, incluindo pessoas queer, intersexo, assexuais, panssexuais, não-binárias e mais qualquer identidade diversa que venha a ser reivindicada, Quinalha (2022) aponta que, na maior parte dos casos, em se tratando da necessidade de fazer dialogar diversos setores da sociedade, não apenas aqueles especializados no assunto, a sigla LGBT+ é o suficiente. Usamos de forma alternada nesse trabalho os termos “inconformidade”, “dissidência” ou “diversidade” para abordar a mesma comunidade.

6 Termo utilizado por Péchy e Barros (2023). De acordo com a cartilha de *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*, transgênero é: “Conceito “guarda-chuva” que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento.” (Jesus, 2012, p.25). A expressão pessoa trans será usada nesse artigo como sinônimo dessa definição.



circulam sobre o tema, além de defender que instituições médicas renomadas também estão sujeitas a altos níveis de contestação. Nossa crítica à compreensão da ciência como um ideal racional universal será elaborada posteriormente; a questão que levantamos aqui é: que argumentos são construídos a partir da descredibilização dessas grandes instituições médicas?

Gryzinski (2022) faz referência a uma carta assinada por pessoas que outrora se identificaram como transgênero – agora destransicionadas – publicada e endereçada ao Ministro da Justiça dos Estados Unidos, Merrick Garland, apenas alguns dias antes. A partir dessa carta, Gryzinski afirma que cirurgias desse tipo⁷ podem trazer alegria e realização a quem sofria por se ver no corpo errado ou podem expressar modismos e precipitações que arruinam vidas. Gryzinski abre e finaliza seu texto com as conclusões de Shape Shifter, pessoa trans entrevistada por ela, que diz ter se sentido parte de uma cruel experiência médica e social.

Os motivos que levam pessoas a (não) intervir sobre o corpo podem ser complexos quando compreendemos a aparência em relação à construção subjetiva. Expósito-Campos (2020) divide em termos de motivações duas categorias que ajudariam a compreender o processo de destransição, definido por ele a partir dos procedimentos médicos já mencionados. Em uma primeira categoria, estariam aqueles que foram motivados pela desistência da identificação transgênera, enquanto a segunda categoria remete aos que destransicionaram após cederam às influências externas, como pressão de familiares religiosos ou a falta de apoio social.

A trilha das transformações do corpo definida por Péchy e Barros (2023) como parte da experiência da imensa maioria dos transgêneros – em especial a hormonização e as intervenções cirúrgicas, dentre as quais a redesignação sexual, é destacada como caminho predominante – está no cerne do argumento da proteção da infância no contexto do debate de gênero. Enquanto Péchy e Barros (2023) buscam no amparo de uma equipe médica com endocrinologistas, psiquiatras e psicólogos uma garantia de proteção do corpo em formação de crianças e jovens, Gryzinski (2022) atesta pela importância de uma atuação ética não contaminada pela ideologia – seja lá o que isso signifique.

Em novembro de 2022, congressistas estado-unidenses endereçaram uma carta ao Departamento de Justiça (DJ) chamando atenção para os recentes atos de extremismo anti-trans nos EUA. Os congressistas que assinaram a carta citam o indiciamento de uma mulher por uma

⁷ Gryzinski não cita diretamente o termo “redesignação sexual”, mas fica evidente que é esse procedimento a que se refere. De acordo com a cartilha de *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*, a cirurgia de redesignação sexual é definida como “Procedimento cirúrgico por meio do qual se altera o órgão genital da pessoa para criar uma neovagina ou um neofalo.” Destaca-se ainda que: “É importante, para quem se relaciona ou trata com pessoas transexuais, não enfatizar exageradamente o papel dessa cirurgia em sua vida ou no seu processo transexualizador, do qual ela é apenas uma etapa, que pode não ocorrer.” (Jesus, 2012, p. 30).



ameaça de bombardeio falsa ao hospital Boston Children's Hospital. Ameaça esta que teria surgido após múltiplos *posts* em redes sociais espalharem desinformação sobre pessoas trans e não-binárias, levantando a hipótese de abuso infantil dentro de hospitais como parte de um projeto político. Outras instituições de saúde voltadas para crianças, assim como dois hospitais universitários, são citadas na matéria como tendo tomado medidas de segurança adicionais para proteger sua equipe e seus pacientes por conta de associações – reais ou imaginadas – com pessoas LGBT+.

A disseminação do pânico, a desinformação e os discursos de proteção da infância estão no cerne das ofensivas antigênero, um conjunto de ações pautadas pelo entendimento de que a diferença sexual é um dado biológico, portanto natural e imutável, a ser compreendido a partir da sexualidade reprodutiva. Diversos atores sociais passam a acusar teóricas feministas, “esquerdistas”, homossexuais e pessoas trans de disseminar propaganda ideológica e de falsificação para encobrir desvios de conduta sexual⁸, uma falácia do espantalho, denominada no Brasil de “ideologia de gênero”.

Gryzinski (2022) cita em seu artigo uma carta anterior – escrita em outubro de 2022 e também direcionada ao DJ – assinada por um grupo de indivíduos que outrora se identificou como transgênero. Autointitulados uma inconveniência para narrativas tradicionais em torno do debate de gênero, o grupo acusa hospitais de submeterem crianças a experimentos médicos descontrolados em nome de cuidado afirmativo de gênero. As pessoas que assinaram a carta afirmam defender a salvaguarda de crianças acima das questões políticas, além de lamentarem o sacrifício de corpos saudáveis, da fertilidade futura e a falta do apoio de uma comunidade que as abrace como destransicionadas.

Os atores sociais em torno do debate aparecem da seguinte forma: pessoas identificadas como transgêneras encontram instituições médicas nas quais podem realizar intervenções corporais. Essas instituições são criticadas em *posts* nas redes sociais e ameaçadas por pessoas categorizadas como anti-trans, que em seu discurso de proteção à infância encontram legitimidade em uma comunidade emergente e solitária de pessoas destransicionadas.

A questão da legitimidade das intervenções corporais – tema no cerne do debate de saúde das pessoas trans – encontra na infância um terreno que inflama a opinião pública de forma a ameaçar pessoas envolvidas, cis⁹ ou trans. Apesar da preocupação genérica consensual com a saúde e proteção de crianças e jovens, as disputas conceituais e políticas apontam para diferentes

8 Para maiores informações, ver *Ofensivas Antigênero no Brasil* (2022) que analisa o período de 2019 a 2021 em termos de políticas de estado, iniciativas legislativas e mobilização social. O volume 18, nº43 da *Revista Psicologia Política* também conta com diversos artigos sobre o assunto.

9 “Conceito ‘guarda-chuva’ que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento.” (Jesus, 2012, p. 25).



entendimentos sobre saúde e sobre o que exatamente precisa ser protegido.

A política de transição de gênero não é um acontecimento a partir do qual é possível determinar um antes e depois na perspectiva processual de autodescobrimento e expressão de si mesmo que defendemos aqui. O próprio termo destransição se fundamenta na perspectiva de que a transgeneridade configura uma trilha linear de modificações sobre o corpo a partir das quais seria possível determinar um ponto de partida ou um fim apriorístico sobre o qual avançar ou retroceder. Por esse motivo não nos cabe aqui debater de forma teórica sobre destransição: porque a nível existencial ela não existe. A identidade e a aparência são fixas e móveis, legítimas e descartáveis, deixam vestígios e são transformadoras na dinâmica do seu aparecer.

Ainda que a identificação enquanto “pessoa trans” envolva processos de mudança na construção e na recepção da imagem social, para além da busca por adequação a uma estética cisgênera passável, ou da afirmação desse ou daquele procedimento como definidor do transexual verdadeiro¹⁰, a experiência da transgeneridade afirma primeiramente a mobilidade da identificação, que se expressa na aparência do gênero a partir de determinadas transformações capazes de exibir e refletir uma nova configuração subjetiva.

3 Gênero, sexo e corpo

Sexo é biológico, gênero é social, construído pelas diferentes culturas. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto-percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente. Se adotamos ou não determinados modelos e papéis de gênero, isso pode depender de nossos órgãos genitais, dos cromossomos ou de alguns níveis hormonais (Jesus, 2012, p. 8-9).

A definição empregada por Jaqueline Gomes de Jesus (2012) a respeito da relação entre sexo e gênero encontra ressonância no DSM-5, que circunscreve o campo do sexo e do sexual ao masculino e ao feminino no contexto da capacidade reprodutiva, enquanto o campo do gênero a características psicossociais relacionadas a um papel social desempenhado publicamente. Essa compreensão define que o sexo não se traduz de forma automática em um gênero específico, embora inclua os fatores biológicos como contribuindo para a construção de gênero. Nessa seção, apresentaremos transformações históricas nos modelos de compreensão da diferença sexual para desnaturalizar o sexo como dado biológico da natureza capaz de oferecer suporte material ao gênero.

¹⁰ Pessoa ou paciente suficientemente trans, atrelada ao binarismo de gênero e sem espaço para dúvidas durante o processo de transição. Para mais informações ver Borba (2016) em *Receita para se tornar um “transexual verdadeiro”*: discurso, interação e (des)identificação no processo transexualizador.



Thomas Laqueur, historiador inglês, em sua obra *Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud* (2001), faz uma trajetória de registros históricos ocidentais sobre o tema de homens e mulheres e, em sua análise, menciona diversos documentos que apontam para uma relação entre o orgasmo feminino e a gravidez. Para além do debate sobre o papel do orgasmo feminino na concepção – ou da discussão sobre quais corpos são eleitos alvo de estudo e quais corpos os estudam – o autor busca enfatizar o peso da perspectiva histórica e cultural na elaboração de modelos de compreensão sobre o corpo biológico.

Ao focar sua pesquisa nos modelos de compreensão da diferença sexual, Laqueur (2001) ressalta a passagem do modelo de sexo único – em que a estrutura externa dos órgãos sexuais e reprodutivos no chamado corpo masculino seria uma versão plenamente desenvolvida dos atrofiados órgãos internos femininos – para o modelo do dimorfismo sexual, no qual uma concepção binária aponta para um desenvolvimento distinto dos sexos, que se constituem de forma independente até sua forma plena materializada nos dois gêneros opostos: homem e mulher.

Segundo Laqueur (2001), cada período histórico e contexto cultural introduz lentes interpretativas que fazem ver aquilo que se considera diferença ou semelhança entre os corpos. Aquilo que o corpo expressa em sua materialidade depende sobretudo de uma compreensão prévia daquilo que se considera enquanto evidência legítima, de forma que nenhuma observação material do corpo pode estar dissociada das associações imateriais que orientam a visão. Ao demonstrar a passagem do modelo de sexo único para o dimorfismo sexual, Laqueur (2001) desessencializa a observação material das diferenças entre os corpos, subordinando essa observação aos elementos históricos e culturais que fazem ver.

Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021), socióloga nigeriana, argumenta que as teses biológicas ocidentais sobre a diferença entre os corpos – seja essa diferença expressa no eixo racial ou sexual – partem de uma divisão anterior e primordial do binarismo cósmico, característica da sociedade ocidental. De acordo com Oyěwùmí (2021), tanto o gênero quanto a raça são expressões dessa cosmovisão ocidental binária que enfatiza o ver de um corpo como recurso privilegiado para a estruturação desse corpo no sistema de hierarquia social. Segundo a autora, a noção de polos binários opostos configura relações objetivas de subalternidade em que o poder se exerce de forma desigual de um polo para o outro, fator ressaltado também por Laqueur (2001). Nessa relação, os corpos dissidentes são relegados à marginalidade não apenas devido a sua imoralidade social, mas também devido a sua degeneração biológica.

Assim, construímos uma compreensão de gênero conceituada não a partir de uma característica essencial e inata, individual ou subjetiva, mas como uma relação dialógica, histórica



e cultural que se apoia no corpo e numa suposta materialidade biológica pré-cultural para sustentar relações de assimetria radical. O conceito de relações de gênero é usado por Butler (2018) como ponto de partida para se pensar as disparidades do poder e a condição de precariedade social relacionada a essa disparidade.

Nesse sentido, gênero não é definido como uma substância essencial, fixa e rígida para a qual uma categoria universal como “homem” ou “mulher” poderia oferecer vislumbres sobre as formas que tomam as masculinidades ou feminilidades. A partir dessa perspectiva, gênero é uma marca no corpo que pode se tornar mais ou menos visível a depender de condições contextuais, engendrando relações de poder e posicionando esse corpo na hierarquia social. Aquilo que nos interessa no debate de gênero é analisar como certas compreensões produzem efeitos que restringem ou promovem as possibilidades de vida de sujeitos concretos no que tange à intervenção sobre o corpo, o acesso à saúde e às redes de apoio (Butler, 2018).

Tanto Butler (2018) quanto Oyěwùmí (2021) enfatizam as associações histórico-culturais do feminino com o corpo e do masculino com a razão para contextualizar o gênero como uma marca corpórea do sujeito, em oposição a uma universalidade incorpórea masculina tida como norma e como referência do desenvolvimento pleno (Laqueur, 2001). A essa divisão cósmica e relação primordial entre polos, cujas raízes são apontadas no platonismo grego, se atrela também uma dinâmica de oposição entre essência e aparência¹¹, cuja relação se torna prioritária para a discussão no campo da intervenção corporal introduzida por nós a seguir.

4 O corpo montado

Cidreira (2003; 2005; 2008) define a intervenção sobre o corpo como característica de todas as sociedades e culturas, que formulam suas próprias justificativas para fazê-lo: sejam elas de ordem higiênica, médica ou erótica. Esse corpo, cuja nudez deve ser recoberta de panos, tecidos e símbolos, passa a falar através dos seus investimentos de sentido, uma forma de comunicação caracterizada pela visualidade e que coloca em jogo relações de identidade e diferença, singularidade e pertencimento, apontando para a variedade de maneiras possíveis de se expressar uma relação consigo, com o próprio corpo e com a sociedade.

Ao intervir sobre o corpo, agimos sobre nossa relação com o mundo, de modo que a própria existência é modificada, o que envolve negociações delicadas e dinâmicas existenciais profundas.

¹¹ A abordagem fenomenológica de Butler se contrapõe diretamente ao idealismo platoniano e à identidade aristotélica em que uma forma imutável do objeto – sua substância ou essência – se manteria conservada, em contraste e oposição com qualidades exteriores mutáveis e temporárias. Sob a perspectiva de não dizer toda a verdade – o que é um fato – a aparência é acusada de estar sempre mentindo, o que é igualmente errôneo. Sobre o assunto indicamos *Os sentidos da Moda: vestuário, comunicação e cultura* (Cidreira, 2005)



É evidente que a força das normatizações e padrões se impõe – através do sofrimento e do medo da rejeição, assim como a partir do desejo e da fantasia – em transformações de temporalidades diversas. Enquanto a troca de roupa é flexível e adaptável às necessidades de cada situação, as transformações de nível cirúrgico ou hormonal têm repercussões de longo prazo. Como atesta Breton (2019), com a cirurgia estética, muitas vezes, se pretende:

Romper de uma vez para sempre a orientação da própria existência pela mudança de seus traços faciais ou do aspecto de seu corpo. Ao inapreensível de sua vida, eles opõem o apreensível do corpo e transformam a forma deste, tendo a certeza de que vão assim agir sobre a sua relação com o mundo (Breton, 2019, p. 287).

Em nossa sociedade o corpo vestido ou montado¹² sintetiza essa tensão: a necessidade de se parecer com o outro, de imitá-lo, ao mesmo tempo em que expressa o desejo de construir e moldar uma imagem e uma identificação próprias. O resultado dessa imagem corporal, a máscara social – escolhida de forma mais ou menos consciente – identifica o indivíduo e o torna passível de transitar por determinados espaços e não por outros.

A metáfora da indumentária como máscara é relevante para compreender as dinâmicas da aparência na relação com a performance social. A máscara simultaneamente revela e esconde, interpondo camadas entre aquele que vê e aquele que a porta: ao mesmo tempo em que fixa o olhar para um elemento material rígido, por ser móvel pode ser substituída, o que alude à possibilidade de exploração de outras faces. Da mesma forma que a indumentária, a máscara tem um caráter transcendente que amplia o corpo do portador através de símbolos capazes de comunicar relações móveis e transitórias de identificação (Cidreira, 2008).

A máscara ou a caracterização, ao suspenderem a sensação do rosto e a sua proeminência na relação com os outros, anulam uma parte das condicionantes da identidade, além de conferirem ao indivíduo o sentimento novo de outro enfoque a respeito do mundo em que o seu corpo inteiro está, desta vez, envolvido (Breton, 2019, p. 276).

A substituição de máscaras é uma troca de *persona*¹³ – palavra grega considerada como origem etimológica da palavra pessoa – que expressa a partir de transformações do corpo a necessidade de interpretar outros papéis. Todas essas transformações de temporalidades distintas sintetizam ideais e percepções de si: eu quero ser aquela que eu desejo ser e o corpo montado, a aparência, me permitem ser reconhecida como tal. O reconhecimento e o *feedback* coletivos, por sua vez, alteram a percepção da pessoa sobre si mesma e apontam para o seu agrupamento com

¹² Gíria usada pra descrever uma *drag queen* pronta pra sair. Conforme explicita Carneiro (2019, p. 358), o termo *montação* “nomeia a comunicação da identidade de gênero que seria efetuada visualmente pela estética do corpo, com o auxílio da estética da indumentária”.

¹³ Teatro grego de máscaras. O termo foi reapropriado por diversos campos do saber, como a psicologia analítica e os estudos de *marketing*, para designar uma representação mediadora do *self* (ou si mesmo) com o meio.



outros semelhantes (Cidreira, 2008).

Em seu uso histórico, tanto nas artes cênicas quanto nos rituais de cunho religioso, o portar de uma máscara exige preparação, não podendo ser simplesmente vestida por qualquer um¹⁴. Como recurso cênico, da mesma forma que a indumentária empresta ao portador certos contornos e formatos, a máscara pode disfarçar e ampliar o corpo, incorporando nele a sua identidade ao introduzir elementos previamente inexistentes; vinculada ao uso mágico e sagrado ritualístico, a máscara opera uma conexão transcendente entre o visível e o invisível, como um elemento de passagem entre mundos. Nesse sentido, os elementos da moda montam o corpo, suas gestualidades e movimentos, compondo uma aparência que dialoga com algo para além de si, a saber: com a necessidade de comunicar algo que de outra forma talvez fosse indizível. A forma que toma essa comunicação caracteriza um estilo, isto é, um conjunto de traços que, em seu aparecer, permite identificar não apenas a vinculação com determinado contexto e temporalidade específicos, mas também uma continuidade para além das modulações ao longo do tempo (Cidreira, 2005; 2008).

5 Identificação trans

É possível traçar paralelos entre a noção de estilo apresentada anteriormente com a teoria da performatividade de gênero, segundo a qual o gênero se constrói “na maneira cotidiana por meio da qual gestos corporais, movimentos e encenações de todos os tipos constituem a ilusão de um ‘eu’ generificado permanente” (Butler, 2018, p. 3). A categoria identitária é compreendida aqui não como uma forma de verdade desvelada sobre um sujeito, mas a partir dessa noção de estilo, isto é: uma continuidade lembrada e reinterpretada. Sendo o gênero uma forma inessencial caracterizada pela repetição de gestos e movimentos corporais, somos capazes de compreender os modos pelos quais essa forma se atualiza no seu aparecer, nas conformações que faz em seu engajamento com a realidade social.

É preciso compreender uma ambiguidade na relação com os papéis de gênero normativos que podem ser, e frequentemente são usados como estratégias de proteção e falseamento que permitem a sobrevivência de pessoas trans na sociedade cisgênera. A passabilidade – nesse caso, ser identificada como uma mulher cisgênera por conta de roupas, acessórios, cabelo ou voz – pode representar a vida para uma travesti na medida em que a torna menos corporificada, mais invisível, ao mesmo tempo em que pode representar a morte subjetiva ao privar o seu corpo dos

¹⁴ A cultura pop é repleta de referências a esse assunto. Na popular obra de ficção *O jogo dos tronos*, os homens sem-rostro (um culto religioso formado por assassinos de aluguel), são capazes de modificar sua aparência a partir das máscaras da morte de suas vítimas. O processo envolve a ingestão de venenos e exige preparação, preces e sacrifício: o preço é abdicar da identidade para então se tornar um “ninguém”.



investimentos simbólicos que tencionam aquela existência.

É uma maneira de negociar, por assim dizer, entre a necessidade de proteção e a exigência de correr um risco público. Algumas vezes essa face pública pode ser um conjunto de palavras, e outras vezes os corpos nas ruas não precisam falar para expor a sua reivindicação (Butler, 2018, p. 49).

É evidente que o movimento em direção a uma sociedade mais plural e diversa depende da sobrevivência das comunidades que reivindicam essas mudanças. No entanto, a expectativa de vida de 35 anos da população trans – levantamento feito em 2022 pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) – nos leva a compreender que no regime cisgênero nossas vidas trans não são consideradas vidas dignas, o que nos leva, umas mais, outras menos, a adotar uma máscara. A concepção binária de gênero tem relação direta com a aceitação relativa de certas formas de transgeneridade que buscaríamos, através de intervenções corporais, uma adequação ao corpo normativo ditado para o sexo oposto, pois na medida em que a posição do sujeito na hierarquia social se define a partir da visualidade do seu corpo, conforme explicita Oyěwùmí (2021), os referenciais de superioridade atrelados à aparência binária cisgênera e branca operam como ditames normativos nos processos de exploração de gênero.

Até o ano de 2022, a transexualidade era considerada transtorno mental de acordo com o CID-10 (Organização Mundial da Saúde, 1993), uma classificação que no Brasil foi justificada como forma de garantir acesso da população trans à cirurgia de redesignação sexual e ao tratamento hormonal pelo SUS. Hoje, a chamada incongruência de gênero ocupa no CID-11 (Organização Mundial da Saúde, 2022) a categoria de condições relacionadas à saúde sexual, fator que prescreve correções consideradas como cura para o male da disforia¹⁵ ou da incongruência de gênero (Associação Americana de Psicologia, 2014). Hoje, no Brasil, pessoas trans se encontram em uma situação comparável aos homossexuais da década de 70. Quando a morte precoce não as alcança, a perspectiva da patologia fundamenta a prática de intervenções por parte da medicina, da psicologia e do Estado como forma de correção do desvio e controle social da diferença: o isolamento em guetos, a condição de marginalidade, a submissão a procedimentos médicos e a associação com a degeneração.

Nesse contexto, a reivindicação de um status de natural por parte da comunidade LGBT+

¹⁵ Categoria diagnóstica presente no Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) emitido pela Associação Americana de Psicologia (APA): “Indivíduos com disforia de gênero apresentam incongruências acentuadas entre o gênero que lhes foi designado (em geral ao nascimento, conhecido como gênero de nascimento) e o gênero experimentado/expresso. Essa discrepância é o componente central do diagnóstico. Deve haver também evidências de sofrimento causado por essa incongruência. O gênero experimentado pode incluir identidades de gêneros alternativos além dos estereótipos binários. Em consequência, o sofrimento não se limita ao desejo de simplesmente pertencer ao outro gênero, podendo incluir também o desejo de ser de um gênero alternativo, desde que diferente do designado.” (Associação Americana de Psicologia, 2014, p. 451).



foi historicamente relevante para combater as acusações de patologia e desvio que produzem situações de violência e opressão. A ideia de que a identificação LGBT+ não é fruto de desvio, mas sim de uma essência¹⁶ é uma retórica especialmente útil em determinados contextos religiosos, nos quais a desqualificação da existência se dá de forma contundente (Quinalha, 2022).

Conforme elucida Quinalha (2022), as explicações essencialistas para as dissidências de gênero¹⁷ também foram importantes para a criação de uma noção de comunidade LGBT+. Na medida em que resgatamos, sob o prisma da diversidade, exemplos de contextos culturais e históricos distintos – tais como a homossexualidade na Grécia ou a transgeneridade em comunidades originárias – fortalecemos uma categoria em torno do qual diversos sujeitos, outrora afastados dos laços comunitários devido ao preconceito e à discriminação, passam a se organizar e reivindicar demandas de forma coletiva.

É evidente que a sigla LGBT+ é um guarda-chuva sob o qual se organizam diferentes grupos e identificações heterogêneas. Facchini e França (2009) apontam que pessoas trans e travestis não alcançaram a condição de iguais em termos de garantia de direitos, muitas vezes sendo barradas ou maltratadas em estabelecimentos direcionados a homossexuais, ou sendo taxadas de monstras, na medida em que cruzamos a fronteira do aceitável. Além disso, os processos de violência pesam desproporcionalmente mais para corpos marcados não só pela dissidência do binarismo de gênero homem/mulher, mas também pela raça e pela classe: uma amiga travesti não-branca disse que quando porta suas almeçadas tranças de lã raramente erram seu pronome, mas que infelizmente a manutenção exige investimento e raras ainda são as possibilidades de emprego para travestis.

Os avanços de direitos da categoria homossexual – feitos em parceria da sociedade civil com o Estado e com o mercado – reforçaram a disparidade entre os subgrupos do movimento e subtraíram parte do seu potencial de transformação cultural e política. A dissidência não era mais estratégica para corroer uma estrutura social, mas as categorias identitárias enquanto instrumento político passam a atrair campanhas de publicidade e políticas públicas de modo que “vários sujeitos políticos têm encontrado saídas para a visibilização e o encaminhamento de suas demandas, e até mesmo para a manutenção da estrutura necessária à atuação de suas organizações” (Facchini; França, 2009, p. 71).

Por esses motivos, a categoria propositalmente imprecisa de pessoa trans foi escolhida nesse

16 Quinalha (2022) cita Karl-Heinrich Ulrich e sua ideia da homossexualidade como uma espécie de terceiro sexo. Seriam chamados de uranistas aqueles que Ulrich identificava como homens com alma de mulher.

17 Termo utilizado em reconhecimento ao papel central das normas de gênero na manifestação do preconceito contra a diversidade sexual.



trabalho para abordar a experiência de uma pessoa atravessada pela tensão da não-conformidade¹⁸. Se é a cisgeneridade que nos oprime, o que põe em xeque essa identidade hegemônica não é outra identidade, mas sim a desidentificação. Nesse sentido, “ser trans” tem a ver com uma experiência de liberdade, de corpos que transbordam definições e categorias engessantes da existência para inaugurar mundos possíveis: a existência como devir de gênero¹⁹.

Péchy e Barros (2022) atentam para o fato de que casos de pessoas destransicionadas estão sendo usados como bandeira por grupos conservadores e suas ações políticas anti-trans. Segundo as autoras, o gênero se baseia em uma característica individual inata, mas a insatisfação ou a incongruência pode configurar uma fase. Dessa forma, apenas uma equipe multidisciplinar de psicólogos, psiquiatras e endocrinologistas poderia amparar o próximo passo na chamada trilha da transição.

Atualmente, o chamado processo transsexualizador pelo Sistema Único de Saúde requer um laudo médico para encaminhamento e envolve cirurgia de redesignação sexual, tratamento hormonal e acompanhamento psicológico e psiquiátrico obrigatórios. A necessidade da confirmação de um diagnóstico médico representa mais uma camada na relação complexa de exercício de poder discricionário sobre a legitimidade das intervenções corporais da população trans quando comparadas com pessoas cis, que com muito maior facilidade recebem prescrição de reposição hormonal devido aos sintomas de menopausa e andropausa, por exemplo.

Dessa maneira, o acompanhamento profissional psicológico e psiquiátrico é descrito por muitas pessoas trans como um teatro no qual se performa uma identidade essencialista e um papel normativo sobre o que é ser homem ou mulher, com o objetivo de garantir o acesso aos procedimentos pelo SUS (Borba, 2016). Em sua palestra durante a semana da diversidade na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), cujo Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) é considerado referência nacional no atendimento à população trans, Indianarae Siqueira, ativista candidate a vereadore pelo Partido dos Trabalhadores (PT), disse: “Você tem que dizer que gosta de brincar de boneca e que vestia as roupas da sua mãe. Esquece dizer que gosta do seu pênis ou que gosta de comer cu. Eles têm que achar você louca, mas não tão louca a ponto de não saber o que está fazendo” (Siqueira, 2016). A ideia de não saber o que está fazendo é alimentada por um lado pelo próprio diagnóstico – que implica passividade e perda do livre arbítrio em torno

18 “Não conforme com o gênero é um termo descritivo alternativo para se referir a um comportamento” (Associação Americana de Psicologia, 2014, p. 452).

19 *Devir* é um conceito chave da filosofia nietzschiana. Nietzsche, filósofo crítico da cultura cristã e burguesa de sua época, apontava para a necessidade de ampliar o espírito humano a partir da contestação dos valores morais vigentes. *Devir* remete à potência de tornar-se, em oposição às formas cristalizadas e instituídas que constroem nosso campo de ação. Para mais informações, indicamos *Por uma genealogia da moral* (1998).



dos processos decisórios – e, por outro lado, pelo bicho-papão do arrependimento ou daquilo que se tem chamado de destransição.

Diante da complexidade do tema da intervenção sobre o corpo, seja na infância ou na adultez, por parte de pessoas cis ou trans, mais do que oferecer respostas prontas faz-se necessário sustentar a tensão das perguntas e cultivar uma atitude capaz de oferecer saídas para os padrões tirânicos de reconhecimento e beleza. Ainda que para nós, pessoas trans, essas tensões ameacem sistematicamente o direito à vida, à família e à empregabilidade pela centralidade da dissidência e da não-conformidade como marcas nos corpos, reivindicamos o direito de aparecer e de viver com dignidade e saúde.

6 Considerações finais

Muito além de uma questão hormonal ou cirúrgica, a expressão da transgeneridade é um investimento de sentido em um corpo que transborda as definições dos papéis de gênero. As intervenções sobre a aparência e o aparecer do corpo configuram novas relações com a existência e com o mundo, sendo atravessadas pela busca de uma posição existencial de maior liberdade, assim como pelo peso das atribuições normativas como possibilidades de proteção, reconhecimento e legitimidade. Tendo isso em vista, não se sustenta a compreensão de que a destransição representa erro ou despreparo das redes de amparo, que não foram capazes de prever que a pessoa se arrependeria. O acesso à saúde precisa envolver sobretudo o questionamento das categorias normativas da cisgeneridade para que qualquer decisão possa ser tomada a partir de um lugar de autonomia e não de desespero.

É importante colocar em questão que grupos e pessoas têm se apropriado e agido em torno do tema da destransição – um fenômeno que vai continuar a acontecer conforme as pessoas vão experimentando e criando, mediadas pelas tensões sociais existentes. Para aqueles comprometidos com a ação política de transformação social, muito além de defendermos com apego uma definição essencialista ou construcionista sobre gênero ou identidade que apaga corpos incômodos, é importante defender o uso crítico das categorias e retóricas que melhor podem assegurar o direito a aparecer e viver com saúde. Dessa forma, ao nos depararmos com um corpo transformado, (in) vestido de símbolos, seremos mais capazes de compreendê-lo não como patologia, mas como singularidade.

Consideramos que o objetivo do presente trabalho foi atendido na medida em que pôs em atrito diferentes concepções sobre transgeneridade e o processo de transição por parte da mídia, da classe médica e psicológica. A partir das concepções teóricas sobre gênero, sexo e corpo, buscamos



problematizar os discursos essencialistas sobre identidade de gênero que buscam distinguir o “transexual verdadeiro” daquele capaz de se arrepender de seus procedimentos estéticos. Ao mesmo tempo, ressaltamos os efeitos de proteção que uma aproximação ambígua com a norma pode proporcionar, assim como o uso estratégico de determinadas retóricas que possam garantir os nossos direitos sociais.

O campo da moda oferece proposições relevantes para pensarmos as implicações da modificação da aparência na dinâmica existencial a partir da necessidade de modulação para os diferentes papéis sociais que precisamos desempenhar. A origem etimológica mais difundida da palavra pessoa está no grego *persona*, a saber, uma máscara de teatro. A ideia do teatro enquanto experimentação de outros “eus”, fortemente conectada às experiências da infância e da juventude, ao universo da moda e da imagem corporal, esboça comunicações transitórias sobre o que se é, como se está e onde se pertence.

O debate em torno do tema das infâncias trans e as minúcias do processo de transição na política integral de saúde da população LGBT+, com bases éticas para o atendimento a essa população, assim como uma análise mais debruçada sobre o fenômeno da moda como imitação/distinção e a poética em torno da construção da imagem de si, configuram-se como temas de trabalhos futuros.

Referências

American Psychiatric Association (APA). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>. Acesso em: 24 maio 2023.

BENEVIDES, Bruna. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022*. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 24 maio 2023.

BORBA, Rodrigo. *O (Des)aprendizado de Si: transexualidades, interação e cuidado em saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016.

BUTLER, Judith. Política de gênero e o direito de aparecer. In: BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 31-74.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity*. Nova Iorque: Taylor & Francis e-Library, 2002.



CARNEIRO, Taya. “Montação”: moda na comunicação da identidade de gênero. *Periódicus*. Salvador, n. 11, v. 1, p. 343-362, Mai-Out. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/27373/19973>. Acesso em: 24 maio 2023.

CIDREIRA, Renata Pitombo. Moda, cultura e sentido. *Revista de Comunicação, Cultura e Teoria da Mídia*, São Paulo, n. 3, p. 140-157, jul. 2003.

CIDREIRA, Renata Pitombo. *Os sentidos da Moda: vestuário, comunicação e cultura*. São Paulo: Annablume, 2005.

CIDREIRA, Renata Pitombo. *A máscara da moda e as cenas contemporâneas*. 2008. Disponível em: <http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202008/42124.pdf>. Acesso em: 24 maio 2023.

COLE, Chloe; KERSCHNER, Helena; CATTISON, Cat; WATSON, Sinéad; LIDINSKY-SMITH, Grace; RITCHIE.; MOSLEY, Prisha. [Correspondência]. Destinatário: Merrick Garland. Washington D.C., 7 out. 2022. Disponível em: <https://www.realityslaststand.com/p/detransitioners-respond-a-letter>. Acesso em: 24 mai 2023.

Congressistas Estado-Unidenses. [Correspondência]. Destinatário: Merrick Garland. Washington, D.C., 18 nov. 2022. Disponível em: <https://pressley.house.gov/wp-content/uploads/2022/11/11.18.22-Pressley-Letter-to-DOJ-re-anti-trans-threats-to-childrens-hospitals.pdf>. Acesso em: 24 maio 2023.

EXPÓSITO-CAMPOS, P. A Typology of Gender Detransition and Its Implications for Healthcare Providers. *Journal of Sex & Marital Therapy*, [s.l.], p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0092623X.2020.1869126>. Acesso em: 24 maio 2023.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, [s.l.], n. 3, p. 54-81, 2009.

GRYZINSKI, Vilma. A ‘destransição’: o caso dos arrependidos que fizeram mudança de sexo. *Revista Veja*. 11 out. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/mundialista/a-destransicao-o-caso-dos-arrependidos-que-fizeram-mudanca-de-sexo/>. Acesso em: 24 maio 2023.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília, DF. Dez. 2012. Disponível em: <https://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%A8NERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 24 maio 2023.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Relume Dumara. Rio de Janeiro, 2001.

LE BRETON, David. *Rostos: ensaio de antropologia*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.



NIETZSCHE, Frederick. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia de Bolso, 1998.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. Visualizando o corpo: teorias ocidentais e sujeitos africanos. In: OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. p. 27-66.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS DE SEXUALIDADE. *Ofensivas Antigênero no Brasil: políticas de Estado, legislação, mobilização social*. 2022. Disponível em: <https://generoeducacao.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Relato%CC%81rio-ofensivas-final.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Classificação Internacional de Doenças CID-10: Transtornos mentais e comportamentais*. 10. ed. Geneva: Organização Mundial da Saúde, 1993.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Classificação Internacional de Doenças CID-11: Transtornos mentais e comportamentais*. 11. ed. Geneva: Organização Mundial da Saúde, 2022.

PÉCHY, Amanda. BARROS, Duda Monteiro de. Caminho de volta: a delicada decisão de reverter a transição de gênero. *Revista Veja*, 24 mar. 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/comportamento/a-complexa-decisao-de-quem-opta-por-reverter-a-transicao-de-genero/amp/>. Acesso em: 24 maio 2023.

QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+*: Uma breve história do século XIX aos nossos dias. São Paulo: Editora Autêntica, 2022.

SENHORA MAR. *Travesti Perfeita*. Salvador: © Senhora Mar: 2023. *Youtube* (2:02 min.).

SIQUEIRE, Indianare Melo. Palestra realizada em *Semana da Diversidade* na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2016. Comunicação oral.

